



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – GRAU LICENCIATURA

**IDENTIDADES EM MOVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
TRANS ATRAVÉS DOS PAPÉIS DE GÊNERO**

MAITÊ PASTORINI CAMARGO

Foz do Iguaçu
2025

MAITÊ PASTORINI CAMARGO

IDENTIDADES EM MOVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TRANS
ATRAVÉS DOS PAPÉIS DE GÊNERO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Arte, Cultura e História da
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial
à obtenção do título de Licenciada em
História

Orientador(a): Prof. Dr. Marcos de Jesus
Oliveira

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcos de Jesus Oliveira
UNILA

Prof(a). Dra. Juliana Franzi
UNILA

Prof(a). Dra. Cleusa Gomes da Silva
UNILA

FOZ DO IGUAÇU

2025

RESUMO

Esse artigo é ancorado nos estudos de gênero e sexualidade em diálogo multidisciplinar com o campo cultural, resultado da pesquisa sobre a construção da identidade transgênera a partir da narrativa de jovens trans de Foz do Iguaçu. A metodologia utilizada foram as entrevistas semi-estruturadas. Ancorando-se principalmente nas teorias de identidade, de Stuart Hall e da Luta pelo Reconhecimento de Axel Honneth, os resultados apontam para a influência de aspectos da trajetória de vida, como as relações familiares, afetivas, escolares e sociais de maneira mais ampla, sempre de maneira relacional às interações sociais, como promotores e norteadores da formação identitária trans.

Palavras-chave: identidade, papéis de gênero, transgeneridade, luta pelo reconhecimento.

RESUMEN

Este artículo está anclado en los estudios de género y sexualidad en diálogo multidisciplinario con el campo cultural, resultado de la investigación sobre la construcción de la identidad transgénero a partir de la narrativa de jóvenes trans de Foz do Iguaçu. La metodología utilizada fueron las entrevistas semiestructuradas. Basándose en las teorías de identidad de Stuart Hall, la lucha por el reconocimiento de Axel Honneth y el género, los resultados señalan la influencia de aspectos de la trayectoria de vida, como las relaciones familiares, afectivas, escolares y sociales de manera más amplia, siempre de forma relacional a las interacciones sociales, como promotores y orientadores de la formación identitaria trans.

Palabras-clave: identidad, roles de género, transgeneridad, lucha por el reconocimiento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. REFERENCIAL TEÓRICO	08
2.1. IDENTIDADE.....	08
2.2. A TEORIA DO RECONHECIMENTO.....	11
2.3. GÊNERO, PATOLOGIA E O EXERCÍCIO DO BIPODER.....	14
2.4. DIREITO À CIDADE.....	19
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
3.1. IDENTIDADE INDIVIDUAL.....	22
3.2. RECONHECIMENTO.....	24
3.3. INSTITUIÇÕES E RELACIONAMENTOS.....	26
3.4. LUTA SOCIAL.....	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
5. REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

Papéis de gênero são elementos discursivos centrais na definição das identidades individuais e coletivas. Eles são mecanismos que organizam as relações sociais e de poder. Em outras palavras, prescrevem como as pessoas devem se comportar, vestir e se expressar. Historicamente seu desenvolvimento está ligado às construções culturais de cada época e local. Do mesmo modo, vários fatores históricos foram determinantes para a categorização do masculino e feminino tal como conhecemos hoje no ocidente, em corpos sexuados, sendo os principais: o desenvolvimento da medicina, o estabelecimento do cristianismo como religião hegemônica e o papel do direito e da medicina ao longo da história.

Segundo Foucault (1982), a medicina se apropria de um padrão estético corporal e comportamental considerado saudável para distinção de masculino e feminino, como o caso da hermafrodita Herculine Barbin, que foi designada como mulher ao nascer, mas posteriormente obrigada pelas autoridades médicas e jurídicas a assumir a identidade masculina. Já o direito, ainda segundo Foucault, como uma instituição que define normas e regula os comportamentos sociais, reforça ou desincentiva as estruturas de gênero através das leis, como as leis sobre o casamento, aborto, vestimenta, sexualidade, entre outras. Por outro lado, a religião, através da doutrina, construiu ao longo dos séculos normas comportamentais seguidas socialmente, e devido ao seu caráter hegemônico, influenciou o resto da sociedade não religiosa.

O curioso fato de todas as construções sociais, que naturalmente se moldam através das eras, é que nos possibilitam olhar para o passado e perceber a dimensão das mudanças sociais. A exemplo dos hermafroditas, hoje intersexos, que por eras foram considerados legalmente como possuidores de dois sexos antes que lhes postularem a escolha de apenas um (Foucault, 1982).

Entre a imposição dos papéis de gênero e a jornada individual para compreensão da própria identidade, existe um território complexo de navegação. Quem passa por esse processo de questionar o seu gênero geralmente o faz enfrentando resistência, não apenas das estruturas externas como a escola e a família, mas também internas, ao desconstruir o significado de masculino e feminino. É nesse contexto que os valores pessoais, construídos ao longo da vivência em

sociedade, começam a ser questionados e reformulados, influenciando profundamente na construção da identidade trans.

No centro da discussão está o conceito de identidade, entendida como a compreensão de si mesmo através de valores, crenças e comportamentos desenvolvidos em interação com a sociedade. A identidade de gênero é uma dimensão fundamental da subjetividade humana, que define como as pessoas se reconhecem e se expressam, mas sobretudo define também as relações de poder na cultura e a produção de marcadores sociais de gênero: as feminilidades, masculinidades e outras expressões. No entanto, nem sempre a identidade de gênero com a qual uma pessoa se identifica corresponde àquela atribuída no nascimento, o que pode causar sofrimento por entender que está no corpo errado. Por causa disso, são muito comuns situações de conflito, sofrimento e exclusão para aqueles que vivenciam essa incongruência, especialmente em tempos de expansão do fundamentalismo religioso e da desinformação na internet. Com base nesse contexto, a pesquisa parte de uma pergunta primordial: Como a construção dos papéis sociais permeiam o sentido das identidades de pessoas trans?

Dito isso, o objetivo aqui não é situar as subjetividades e experiências das pessoas entrevistadas como comuns a todas as outras pessoas trans do país, mas sim demonstrar como o contexto dessas experiências revela matrizes que constroem a sociedade, as relações sociais e a cisheteronormatividade. Por tabela, compreender através das narrativas sobre o gênero e os papéis de gênero, como está sendo construída a identidade trans. A partir do objetivo estabelecido, para responder o interrogante, construir-se-á a resposta em três passos: a primeira parte compreende como se constroem as identidades modernas, a segunda parte trata sobre os papéis de gênero e os discursos patologizantes e de biopoder e a terceira parte compreende discussões sobre espaço urbanos e interação sociais. Logo após, as discussões e resultados e por fim trataremos das considerações finais, como meio de avaliar criticamente o trabalho levantado.

A realização dessa pesquisa se justifica através da valorização das vozes das travestis e transmasculinos, buscando assim promover a reflexão sobre os preconceitos e problemas sociais que marginalizam essa comunidade. Igualmente, também avançar o interesse pelo tema, dada à escassez de estudos relacionados à transgeneridade dentro deste recorte, bem como justificar a minha própria trajetória

de travesti como primeira autora desta pesquisa, pois também transita pelos espaços urbanos da cidade e sofre as mazelas e alegrias de habitar um corpo trans.

2. METODOLOGIA

O artigo se desdobrará através da análise de entrevistas com três jovens trans e travestis da cidade de Foz do Iguaçu, visando coletar dados que ajudem a compreender os aspectos intrincados da construção da identidade trans. O trabalho concentra-se na análise das narrativas pessoais dos entrevistados através de categorias analíticas, visando compreender os mecanismos de produção de gênero, as subjetividades e códigos sociais que atravessam nossas identidades.

O percurso metodológico foi o seguinte: a partir da pergunta orientadora sobre como a construção dos papéis sociais permeia o sentido das identidades de pessoas trans, foi necessário um aprofundamento teórico. Era necessário entender antes de tudo o que era o gênero, a identidade, os papéis sociais e os fatores sociais que dão valor a esses conceitos. Para isso, busquei em Michel Foucault (1982) suas contribuições sobre o gênero e o biopoder em diálogo com Judith Butler (2018) para examinar como os entrevistados constroem suas identidades no embate entre imposições normativas e autoexpressão. Mas centralmente, apropriei-me das ferramentas de Axel Honneth (2003) para interpretar as experiências dos entrevistados a partir da luta pelo reconhecimento da própria identidade, e de Stuart Hall e suas contribuições acerca da construção das identidades na sociedade pós-moderna. Além do conceito de direito à cidade, de Lefebvre (2001).

Pensei inicialmente em um caminho que desse protagonismo às experiências narradas. Portanto decidi realizar as entrevistas qualitativas, pois esse método permitiria captar as nuances das trajetórias individuais e a forma como cada entrevistado percebe e constrói sua identidade dentro dos contextos sociais em que está inserido.

O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista guiada, pensando na flexibilidade das respostas e adaptações nas perguntas, que foram elaboradas a partir de quatro eixos: Identidade individual, Instituições e Relacionamentos, Luta social e Reconhecimento Social, que também serviram de categorias analíticas como instrumento de análise. De modo que permita que a entrevista flua o melhor possível, a fim de acessar o mundo do entrevistado e entender suas percepções,

costumes, crenças e símbolos. Para tornar os dados obtidos mais precisos, mediante concordância dos entrevistados, o áudio das entrevistas foi gravado.

Essa escolha metodológica baseia-se na compreensão de que a construção da identidade é relativa às concepções e expectativas sociais, mas também profundamente pessoal e influenciada por múltiplos fatores sociais, culturais e psicológicos, permitindo uma exploração aprofundada de suas vivências, percepções e narrativas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. IDENTIDADE

A jornada da autodescoberta e aceitação da sexualidade e identidade de gênero talvez seja a fase mais complexa durante a construção da própria identidade nos jovens LGBT, especialmente para aqueles que não se encontram dentro dos padrões de masculinidade e feminilidade. O que pode colocar alguns graus de dificuldade a mais no desafio de ser aceito no meio em que vivem.

Desse modo, os conceitos de Stuart Hall sobre a construção da identidade oferecem uma lente valiosa para entender como as narrativas culturais sobre gênero e as experiências históricas de marginalização desempenham um papel central na formação da identidade de jovens trans.

Hall (1992) trabalha com o conceito de Crise da Identidade na sociedade pós-moderna. Ele argumenta que o conceito de identidade ocupava o espaço entre a sociedade e o indivíduo, onde esse externaliza para o mundo seus valores e crenças ao passo que internaliza os valores e crenças externos para si, numa relação que o entrelaça com a sociedade. Entretanto, dentro de um mundo globalizado, essa relação que conecta o sujeito ao todo está colapsando e fazendo com que os indivíduos sejam formados não por uma identidade bem estabelecida, mas sim pela confluência de várias identidades apropriadas por si. De tal forma que a identidade vira um paradigma móvel, constantemente transformada pelas nossas relações e representações dentro dos sistemas culturais. Nesse sentido, as identidades trans se estabelecem como frutos das constantes transformações da sociedade contemporânea, que para além desta, produz identidades nacionais,

étnicas, de raça e sexuais fragmentadas, no período denominado pós-modernidade (HALL, 1992).

Com o advento da modernidade, ela passa a ser um elemento descentrado das estruturas sociais tradicionais, como a igreja, família e tradições. Para Hall (1992), as identidades modernas estão fragmentadas e a sociedade está passando por um processo gradual de mudança, em que as velhas identidades, frutos das estruturas sociais pré-modernidade, estão constantemente sendo substituídas por novas identidades, que formam o sujeito fragmentado no mundo pós-moderno.

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 1992, p. 12).

O autor busca apoiar-se nos argumentos de Giddens, Harvey e Laclau, para explicar o caráter das discontinuidades no contexto da modernidade. Os autores concordam que as sociedades modernas não são só caracterizadas pelo mero fato de suas transformações rápidas, mas que essas transformações são intermináveis processos brutos de ruptura com qualquer organização social anterior, que deslocam as sociedades de seus centros de poder unificados, para serem substituídos por uma pluralidade de centros de poder. (GIDDENS; 1990, HARVEY; 1989, LACLAU; 1990 apud HALL, 1992).

Desse modo, a modernidade não só se constitui como a convivência com as constantes transformações, mas também é um modo de vida completamente reflexivo (HALL, 1992), que possibilita a apropriação e compartilhamento de elementos e experiências culturais. Para Giddens: "as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter" (GIDDENS, 1991, p. 45).

Laclau disserta que as sociedades modernas são caracterizadas pela "diferença". Isto é, são permeadas por diversas divisões e conflitos sociais que geram uma gama de diferentes "posições de sujeito", ou seja, identidades para os indivíduos (LACLAU, 1990 apud HALL, 1992).

É possível fazermos uma analogia para facilitar o entendimento. Sabemos que algo é azul, por que não é verde, ou que alguém é alto, por que não é baixo, e o mesmo acontece na identidade, portanto, trata-se da construção do “eu” através do olhar para o outro, e vice-versa.

Nesse sentido, a construção do significado cultural de algo é mediada pelas representações, que, por sua vez, moldam e regulam as práticas sociais e o reconhecimento destas. O sentido de nossa própria identidade emerge dessa dinâmica, fortalecendo nosso senso de pertencimento por meio das representações culturais. Este entendimento ressalta como as identidades são formadas e reconfiguradas no seio das interações sociais, sobretudo, nas relações de diferenças e conflitos sociais, revelando a complexidade subjacente às noções de pertencimento e identidade (HALL, 1992)

Isso ressoa com a teoria de Honneth (2003), na medida em que o reconhecimento, ou a falta dele, desempenha um papel crucial na formação da identidade. As comunidades trans, ao serem coletivamente identificadas e excluídas como "o outro" pela cultura dominante, encontram um "eixo comum de equivalência" que transcende as suas diferenças intrínsecas. Este processo reflete uma luta simbólica e discursiva por reconhecimento e significado dentro da esfera cultural, destacando como as lutas por reconhecimento vão além do confronto físico, tornando-se batalhas por validação e aceitação na dimensão cultural.

A identidade na sociedade pós-moderna torna-se, portanto, maleável, onde o sujeito assume agora identidades diferentes em momentos diferentes. Sejam elas convergentes ou até mesmo opostas. Depende de como ele é atravessado pela sociedade e como essa produz significações que vão desenhar no sujeito sentimentos de identificação ou de diferenciação. A identidade pós-moderna, portanto, “torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1987 apud HALL, 1992, p. 13)

3.2. A TEORIA DO RECONHECIMENTO

É importante situar as raízes históricas da Teoria do Reconhecimento dentro da Teoria Crítica, de onde Axel Honneth baseia sua abordagem. A Teoria Crítica,

surgida na Escola de Frankfurt ainda antes da Segunda Guerra Mundial, é um campo teórico que busca compreender o funcionamento da sociedade, alinhando-se à uma busca por emancipação social.

Supõe a possibilidade de uma sociedade de homens e mulheres livres, e que esse estado das coisas pode ser alcançado através da compreensão das entrelinhas da organização social presente (HONNETH, 2003). É a “orientação para a emancipação”. Tudo isso é pensado como fruto dos conflitos sociais e como eles moldam a sociedade conforme relações de força.

Logo no início de sua obra *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais* (2003), Honneth nos introduz brevemente ao pensamento de Maquiavel quanto à denominada “luta pela autoconservação”. Para ele, os homens estavam em constante luta pelo poder, porém o ponto de referência para Maquiavel, era saber como tirar proveito do conflito ininterrupto dos indivíduos em virtude dos detentores do poder. Maquiavel detinha suas categorias de análises apoiadas na perspectiva egocêntrica do interesse próprio e na preservação individual.

visto que os homens, impelidos por uma ambição incessante de [...] êxito, sabem mutuamente do egocentrismo de suas constelações de interesses, eles se defrontam ininterruptamente numa atitude de desconfiança e receio. (HONNETH, 2003, p. 32-3).

Essa visão ganhou robustez na forma de uma hipótese cientificamente fundamentada: “o campo da ação social consistia numa luta permanente dos sujeitos pela conservação da sua identidade física” (HONNETH, 2003, p. 33). Nesse sentido, ao longo do tempo, com a contribuição de outros pensadores da Escola de Frankfurt, a Teoria foi se incrementando. No entanto, Honneth criticava nela justamente a “ausência de uma dimensão específica de ação social que dê conta de relacionar as motivações sociais para a ação com o movimento histórico de institucionalização de padrões sociais”. (SOUZA, 2009).

Assim, Honneth (2003) propõe que as transformações na sociedade são movidas através das lutas pelo reconhecimento social da identidade. E isso é o que importa para a nossa análise: o conceito de reconhecimento. Ela busca explicar os conflitos e as mudanças sociais a partir da luta das pessoas por serem reconhecidas em suas identidades e capacidades, destacando a importância do reconhecimento social, jurídico e cultural. Honneth se apoia na filosofia de Hegel, que concebe o reconhecimento como uma condição essencial para o desenvolvimento da liberdade e da autonomia humana.

A compreensão de que a identidade não é uma categoria fixa, mas sim fluida e em constante construção, como discutido por Hall, se alinha com a perspectiva de Honneth sobre a necessidade de reconhecimento como um motor de transformações sociais. Honneth (2003) propõe que existem três esferas principais de reconhecimento: o amor, o direito e a solidariedade:

O amor(1) é a forma mais básica de reconhecimento, que se dá nas relações afetivas e familiares, e que proporciona confiança e segurança para o indivíduo. O exemplo máximo é a relação entre mãe e filha(o), duas pessoas que se consideram e desejam mutuamente. “é sobre este alicerce que o indivíduo constrói sua identidade e reconhece o outro como um ser independente que também clama por amor e reconhecimento” (SALVADORI; CICHELERO, 2017, p. 85)

O direito(2) é a forma de reconhecimento que se dá nas relações jurídicas e políticas, na prática, a lei, e que garante respeito e igualdade ao sujeito, permitindo seu reconhecimento como uma pessoa portadora de direitos e deveres.

“Para o direito, Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um "outro generalizado", que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões” (HONNETH, 2003, p. 179).

Junior, Jaborandy e Albuquerque Filho (2022) argumentam que quando se trata do direito, o sistema jurídico deve ser fruto dos interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade. Entretanto, isso nos leva ao questionamento: Se parcelas da sociedade, como as pessoas trans, que tem suas esferas de reconhecimento agredidas, sequer se reconhecem como portadores de direitos por vezes, esses interesses realmente estão sendo levados em consideração?

As estruturas jurídicas e políticas falham em reconhecer e proteger integralmente todos os membros da sociedade, particularmente grupos marginalizados como as pessoas trans.

Já a solidariedade(3), é a forma de reconhecimento que se dá nas relações culturais e sociais, na prática, esse é o eixo mais importante falando de reconhecimento, pois ele é relacionado ao valor do indivíduo e suas contribuições para com a sociedade (HONNETH, 2003).

Quando uma dessas esferas de reconhecimento é violada ou negada, as pessoas sofrem danos morais e psicológicos, que podem gerar sentimentos de humilhação, desprezo ou invisibilidade.

O autor também divide as violações do reconhecimento em três: a violência física, manifestada pelo apoderamento do corpo físico do outro. A forma mais elementar de desrespeito, que gera a quebra de confiança em si e na sociedade. A violação dos direitos jurídicos é a segunda forma, manifestada quando o sujeito é excluído de seus direitos, o que gera o desrespeito moral de si mesmo. E por fim, a última forma de violação é a degradação, a falta de valorização dos outros em relação às contribuições do indivíduo na sociedade.

Esses sentimentos motivam as pessoas a reivindicarem o seu reconhecimento, a sua existência na sociedade, e para isso podem usar de movimentos sociais, políticos ou culturais, tal como concorda a pesquisadora Rayza Sarmiento “Lutas por reconhecimento surgem diante da ausência, da frustração da expectativa de interação entre os sujeitos e, em função daquilo que é denegado, os atores podem coletivamente empreender lutas públicas” (SARMENTO, 2016, p. 132).

A intersecção dessas lutas pela visibilidade e reconhecimento da identidade trans frequentemente transcende os confrontos físicos, abrindo espaço para embates que são predominantemente simbólicos e discursivos. Estas dinâmicas destacam a importância crescente da política cultural como uma arena onde o poder é exercido e contestado. Em sociedades cada vez mais mediadas por significações e narrativas, o campo cultural se torna o principal palco para as disputas pelo significado dos papéis de gênero, das identidade e das sexualidades, tal como Hall sugere.

“Não devemos nos surpreender, que as lutas podem deixar de ter uma forma simples física compulsiva para serem cada vez mais simbólicas e discursivas e que o poder em si, assuma progressivamente, a forma de uma política cultural” (HALL, 1992, p. 20).

Desse modo, podemos concluir que as experiências de desrespeito são o estopim emocional para a luta pelo reconhecimento e pela construção de uma identidade, capaz de mobilizar esforços para reconstruir as relações de reconhecimento violada e mudar as estruturas sociais.

3.3. GÊNERO, PATOLOGIA E O EXERCÍCIO DO BIPODER

“Aqueles pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (SCOTT, 1995, p. 71).

O conceito de gênero começou a ser adotado pelas historiadoras feministas para se referirem a todo o sistema de relações entre os sexos e ao mesmo tempo afastar-se do determinismo biológico que o uso do termo sexo carregava, em um contexto onde as historiografias sobre a história das mulheres produzidas até então não era mais suficiente para provar que estas têm uma história ou que participaram dela. Na realidade, naquele momento era necessário repensar e alargar os conceitos tradicionais da história para incluir as experiências individuais e subjetivas das mulheres.

Todavia, tal como afirma Nicholson (2000), o pensamento feminista até meados de 1980 ainda utilizava o gênero como relacionado aos comportamentos e o sexo como corpo e biologia, sendo portanto, complementares.

Mas para a definição de gênero de Scott (1995), pouco importa de fato as diferenças físicas entre os corpos sexuados, mas sim como são construídos os significados que descrevem e dão sentido para essas diferenças, por que as diferenças físicas ou naturais por si só não explicam as desigualdades entre homens e mulheres na história. “Os corpos de homens e mulheres não originam essências ou experiências fundantes de pretensas naturezas feminina ou masculina” (CARVALHO, 2011, p. 103)

“o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. ‘Gênero’ é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” (SCOTT, 1995, p. 75).

Ela divide sua concepção de gênero em duas partes integralmente conectadas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Segundo a pesquisadora, dessa forma o gênero seria o conjunto geral de ideias compartilhadas dentro de uma sociedade sobre o comportamento e escolhas dos homens e mulheres, claramente, corpos sexuados. Obviamente, esse conjunto

de ideias varia de acordo com o tempo histórico e localidade da referida sociedade, que constituindo-se através das interações sociais é concebido de diferentes formas a depender da sociedade, das relações sociais e do momento histórico. (LOURO, 1997, FERREIRA, 2017).

Por isso, nossos conceitos de roupas e profissões adequadas para homens e mulheres, por exemplo, mudaram tanto no tempo. Mas o importante é destacar que, apesar de termos nossos próprios gostos, preferências e identidades individuais, nossa liberdade para escolhê-las é diretamente relativa à força invisível das expectativas sociais ao nosso redor.

Por outro lado, Judith Butler (2018) vai mais além, ela traz a ideia de que gênero não é uma essência fixa ou uma identidade estável, mas algo que é continuamente produzido e mantido através da performance. Para ela, o gênero é performativo, o que significa ser criado através da repetição de atos, gestos e comportamentos (BUTLER, 2018).

Essa afirmação, que Butler (2018) traz com propriedade, de que o gênero é produzido através da nossa repetição do comportamento alheio pode ser facilmente evidenciada durante o desenvolvimento de uma criança, por exemplo. Pois ela enquanto cresce, assimila e reproduz os comportamentos do pai, se for menino, ou da mãe caso for menina, ao passo que é constantemente conduzida para ter um assimilar um comportamento corresponde ao gênero que lhe foi imposto, como quando somos corrigidos por brincar de bonecas ou roubar a maquiagem das nossas mães.

Scott (1995) destaca porém que, apesar das construções culturais de gênero atribuírem significados e papéis comportamentais aos indivíduos com base em diferenças sexuais percebidas, essas atribuições não são derivadas de uma essência biológica inata ou de uma distinção física clara e definitiva entre os sexos (SCOTT 1995).

A partir dessa perspectiva é possível problematizar nosso tecido social no sentido de que os papéis sociais, seus significados e os valores associados à eles que atualmente atribuímos às pessoas, causam um desequilíbrio nas relações de poder entre homens e mulheres, no rumo de uma hierarquização, para além da mera divisão de papéis sociais. O que facilmente pode ser evidenciado quando recordamos quantos corpos não-masculinos ocupam papéis de destaque social, ou foram presidentes, chefes de empresa ou qualquer outra posição de poder.

Essa evidência nos leva ao argumento de Anne Fausto-Sterling (2001), que explica como as categorias de sexo, frequentemente consideradas biologicamente óbvias, são, na verdade, profundamente entrelaçadas com nossas concepções sociais de gênero.

Nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Quanto mais procuramos uma base física simples para o "sexo" mais claro fica que o "sexo" não é uma categoria física pura. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas idéias sobre o gênero. (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 19).

Fausto-Sterling argumenta que os sinais e funções que tradicionalmente definimos como masculinos ou femininos não são puramente físicos; eles são co-construídos por nossas percepções sociais e culturais de gênero, mostrando que a divisão binária de gênero não apenas simplifica, mas também distorce a complexidade biológica dos corpos humanos.

Articulando essas pensadoras, é possível enxergarmos como ocorre uma retroalimentação entre os comportamentos que reproduzimos dos outros e as nossas ideias sobre como estes comportamentos devem ser. Esse fenômeno social é próprio de sociedades complexas como a que a humanidade se tornou, mas é possível traçar suas origens possivelmente desde o período que eramos caçadores-coltores, na divisão do trabalho por sexo onde, devido à força física, o sexo masculino era predominante dentre os quais saíam para caçar comida.

Podemos conceber primeiramente que o gênero é uma "construção cultural", um produto das interações sociais que impõem papéis e identidades baseados nas concepções sexuais de outrem. Segundamente que a transformação de atributos biológicos em categorias de gênero está intrinsecamente ligada ao poder e à dominação, sugerindo que as diferenças percebidas entre os sexos são, antes de tudo, ferramentas para a manutenção e a reprodução de hierarquias sociais que são legitimadas pelas estruturas e instituições sociais vigentes, como a religião e a medicina.

Nesse sentido, Lugones (2014) amplia essa discussão ao afirmar que o sistema de gênero não é apenas hierárquico, como também, para ela, racialmente diferenciado. Para a autora, a imposição colonial do gênero desumanizou populações colonizadas, negando-lhes o reconhecimento dentro da dicotomia de gênero ocidental.

O sistema de gênero é não só hierárquica mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas[...] o gênero é uma imposição colonial. Não apenas por se impor sobre a vida vivida em sintonia com cosmologias incompatíveis com a lógica moderna das dicotomias, mas também por habitar mundos compreendidos, construídos. E, conforme tais cosmologias, animaram o ente-entre-outros/as em resistência a partir da diferença colonial e em sua tensão extrema. O longo processo de subjetificação dos/as colonizados/as em direção à adoção/internalização da dicotomia homens/mulheres como construção normativa do social – uma marca de civilização, cidadania e pertencimento à sociedade civil – foi e é constantemente renovado (LUGONES, 2014)

Sobre isso, o reconhecimento do caráter imposto da dicotomia de gênero permite destacar que a própria ideia de corpos sexuados é moldada por concepções sociais e históricas que excluem e hierarquizam sujeitos dentro de uma lógica de poder. Da mesma forma, Oliveira segue os mesmos passos de Lugones (2014) ao afirmar que “Os corpos são postos em hierarquias através do enxadrezamento cênico da vida social que nos dispõe em valores e vão estar submetidos ao conjunto de marcas que imprimem sobre eles ficções políticas que frequentemente pensamos ser naturais” (YORK, OLIVEIRA, BENEVIDES, 2020).

Ainda nesse aspecto, Oyeronke Oyewumi (2021) reforça os argumentos de Lugones (2014) ao apontar que o próprio conceito de gênero é uma invenção do ocidente que não pode ser aplicada universalmente. Para ela, em sociedades africanas antes da colonização, por exemplo, as relações sociais eram organizadas por outros fatores, como idade e posição dentro da comunidade, e não por uma dicotomia rígida entre homens e mulheres. A colonização, ao impor suas estruturas europeias de organização social, transformou radicalmente essas sociedades, estabelecendo um sistema de gênero binário que antes não existia.

Bento e Pelúcio, no tocante justamente da hierarquização social, argumentam que “O pensamento científico hegemônico se apropria das recorrências observáveis nas relações entre os gêneros para conferir cientificidade aos seus achados, reforçando circularmente a diferença sexual natural, subsumindo nessas ‘verdades’ os aspectos culturais e simbólicos que constituem nossas percepções sobre corpos, gêneros, órgãos e fluidos” (BENTO, PELÚCIO, 2012, p. 575). Bento e Pelúcio (2012), tal como Ferreira (2017), atenta para a patologização do gênero pelos discursos médicos, pois essa apropriação elementos corporais, comportamentais e sexuais pela medicina acaba produzindo significações - binárias - e encaixando essas observações em padrões estabelecidos. O ponto está justamente quando a

medicina se refere às pessoas que fogem desses padrões corporais e comportamentais, assim, nasce o sujeito transexual patologizado, tal como Bento argumenta: “As expressões de gênero, as sexualidades, as subjetividades só apresentam uma correspondência com o corpo quando é a heteronormatividade que orienta o olhar” (BENTO, 2014, p. 53).

As primeiras concepções do “transexualismo” como patologia surgem entre meados de 1950 e 1960 nas mãos de Harry Benjamin, que estudava as ocorrências que justificariam a diferenciação entre pessoas trans e homossexuais. Seu ponto-chave para essas diferenciações era sobretudo baseado na repulsa pelos genitais observada nas pessoas trans. Esse comportamento observado serviu de apoio para sua defesa das cirurgias de redesignação de gênero/transgenitalização como única forma viável de acabar com o sofrimento das pessoas trans.

O próprio termo “transexualismo” nos estudos de Benjamin deriva do acréscimo do sufixo “ismo” ao termo *transexualis* de David Cauldwell - que à época estudava as psicopatias transexuais - referia-se aos distúrbios e doenças ligadas à sexualidade. (BENTO, PELÚCIO, 2012; FERREIRA, 2017). Essa especificidade do termo criava uma significação em cima da pessoa trans como um sujeito patologizado, reiterando o sentido que o coloca como sinônimo de doença e o legitimando como tal.

A busca pelo reconhecimento de ser “homem/mulher de verdade” (BENTO, 2008, p.77) leva o transexual a passar por um processo de identificação que atravessa o modo de agir e reprodução dos atos para que o sujeito possa se sentir legitimamente posicionado na ordem de gênero e seja aceito socialmente, quando essas expectativas não são alcançadas as normas de gênero se desorganizam, gerando violência física e simbólica simplesmente para que esses sujeitos se encaixem no que se reconhece por humanamente normal (FERREIRA, 2017, p. 21)

Nesse sentido, as contribuições de Foucault nos ajudam a dar nome a estes processos. Em sua obra “Em defesa da sociedade”, Foucault (1999) argumenta que uma das questões centrais do século XIX foi o “domínio da vida pelo poder”, uma apropriação e controle do corpo das pessoas por quem detém o poder, o que ele chama de uma “estatização do biológico”.

Em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto. Em todo caso, a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana. (FOUCAULT, 1999, p. 286)

Ora, se são as instituições dominantes que definem as significações das coisas que damos sentido ao mundo, até que ponto nós temos controle sobre a nossa vida? Através de uma série de práticas e discursos que impõem normas e regulam comportamentos, característica essencial do biopoder. Neste contexto, a patologização de identidades trans, como discutida nos textos de Bento (2012) e Ferreira (2017), exemplifica como o biopoder se manifesta na medicina e na ciência, instituições que exercem autoridade significativa na definição e manutenção de normas de gênero. O biopoder é manifestado não apenas na regulamentação dos corpos, mas também no controle das identidades e na definição do que é considerado legítimo ou ilícito dentro do espaço social.

A necessidade de aceitação nessa estrutura social tão rígida por parte da pessoa trans, como explicitado por Ferreira (2017), fortalece o argumento de que as normas e papéis de gênero operam como estruturas de poder que legitimam ou marginalizam certas identidades. Enquanto Bento e Pelúcio (2012) resgatam a identidade trans um elemento em constante construção, e por não ser algo da natureza humana pode ser subvertido ou desestabilizado:

Não existe uma “identidade trans”, mas posições de identidade organizadas através de uma complexa rede de identificações que se efetiva mediante movimentos de negação e afirmação aos modelos disponibilizados socialmente para se definir o que seja um/a homem/mulher de “verdade”. Não há identidade sexual típica para as pessoas trans. Suas sexualidades são feitas do mesmo material que as outras experiências: interdição, desejo, rebeldia, sofrimento, alegria (BENTO, PELÚCIO, 2012. p.2663).

3.4. O DIREITO À CIDADE, GÊNERO E VIOLÊNCIA

O “direito à cidade” não pode ser confundido com o direito individual a usufruir da infraestrutura urbana, mas sim, num contexto mais amplo, é o direito coletivo de todos os cidadãos de moldar a cidade e a si mesmos. Esse termo, segundo a definição de Lefebvre (2001) é o direito que todos os cidadãos possuem de usufruir e atuar ativamente nos espaços urbanos em que estão inseridos, sendo seus agentes de transformação. Essencialmente é o direito de participar igualmente da cidade, sem ser reduzido a espaços marginalizados. Porém nem todas as pessoas usufruem desse direito da mesma maneira.

A cidade, desde suas primeiras constituições históricas, se organizou no espaço-tempo através da exploração do trabalho e da produção de desigualdades, onde a maioria da população se encontra sob as mais

diversas privações, de violações de direitos sendo vítimas de uma infinidade de modalidades de violência urbana. Revelando-se assim como um espaço de exclusão, onde as minorias, sobretudo LGBT possuem acesso reduzido aos espaços de decisão político, aos equipamentos públicos e ao desenvolvimento de políticas sociais (SILVA E SANTOS, 2015, *apud* MIRANDA, 2018, p.335)

O processo de urbanização de uma cidade gera desigualdades e a segregação das classes sociais menos favorecidas (MIRANDA, 2018). Isso ocorre pois a materialização do espaço urbano é fruto do trabalho coletivo da população, especificamente do excedente desse trabalho (mais-valia), porém as decisões sobre a distribuição dessa produção coletiva estão na mão de uma minoria econômica que controla o produto coletivo (capital). Desse modo, nascem as cidades estratificadas, criam-se os espaços ocupados pelos “indesejados”, como fossem apêndices dos substratos sociais.

Parte-se do princípio de que a lógica do sistema de mercado cria uma falsa igualdade. No entanto, ela se apoia nas contradições do próprio sistema capitalista que, ao mesmo tempo que inclui, com a propagação de igualdade pela via dos instrumentos legais, produz, proporcionalmente, os territórios isolados das comunidades ‘discriminadas’” (LEITE, ZANETTI, TONIOLO, p. 127, 2023)

Os territórios ocupados pelos LGBT se firmam justamente nos espaços que a eles são permitidos, ocupando uma posição dicotômica em relação os espaços heteronormativos e assumindo-se como os “outros-lugares”, assegurando assim o modo capitalista heteronormativo de reprodução nas cidades. Esse processo cria as identidades trans e marginalizadas, pois parte da noção que as relações sociais são efetivadas nas relações espaciais. Nessa lógica, o espaço, como uma construção social, se efetiva como produto, mas também como meio e condicionante das relações sociais (SOLLA, 2003; VERDI, NOGUEIRA, 2007).

Essa forma de apropriação dos espaços, ao mesmo tempo que possibilita a afirmação das identidades lgbt, também as marginaliza. Ainda que existam espaços reservados à manifestação de relações sociais LGBT, estas muitas vezes são baseadas no consumo, o que se confirma pela quantidade de bares voltados a esse público, o que pode até dar a sensação de direito à cidade ou ao menos ao entretenimento. A inclusão passa a ser feita através do consumo, e nele se afirmam as identidades (LEITE, ZANETTI, TONIOLO, 2023).

Sobre a forma de sociabilização lgbt nestes espaços, Leite, Zanetti, Toniolo (p. 129, 2023) argumentam que:

Consumir o espaço com os iguais não só assegura a manutenção das identidades que fogem dos padrões heteronormativos, como empodera o grupo e lhe permite a constituição dos espaços feitos territórios, enquanto forma de apropriação também política do espaço (LEITE, ZANETTI, TONIOLO, P. 129, 2023)

Parte do princípio que a cidade é um território em disputa, portanto reivindicar e estar nestes espaços é, essencialmente, reafirmar a própria identidade e integrar-se à cidade.

Complementarmente, Araruna (2017) argumenta que ao frequentar os espaços, ocorrem transformações na identidade das pessoas, que por vezes moldam seus comportamentos para serem aceitas. Nesse sentido, apesar dos atravessamentos enfrentados pelas travestis, é simplesmente impossível deixar de frequentar o espaço público, logo é impossível que o território corporal não seja moldado pelo território urbano. (ARARUNA, 2017).

Devido a isso, muitas vezes essas transformações referidas, a qual os corpos trans se sujeitam ao frequentar espaço compartilhados, deixam de ser algo para saciar a disforia de gênero e passam a ser condicionantes para a aceitação social: adoção de comportamentos de gênero, simbologias, cirurgia de redesignação sexual, indumentária. Esses comportamentos são entendidos dentro da passabilidade, que é a capacidade de alguém ser reconhecido como pertencente ao gênero que se identifica. Algo frequentemente buscado por pessoas trans binárias, da busca de tentar se encaixar nos padrões simbólicos cisnormativos e sexistas.

Quando indivíduos entram na presença imediata uns dos outros onde não é preciso nenhuma comunicação falada, eles ainda assim inevitavelmente iniciam uma espécie de comunicação, pois em todas as situações atribui-se importância a certos assuntos que não estão necessariamente ligados a comunicações verbais particulares (GOFFMAN, 2010, p. 43).

Goffman (2010) faz referência às interações silenciosas que acontecem entre pessoas compartilhando um mesmo espaço, que o mesmo chama de ajuntamento. Apesar de nenhuma comunicação falada ser necessária, uma comunicação indireta acontece através da troca de olhares e do recolhimento de informações desfocadas entre os indivíduos presentes naquele espaço. Essas informações são adquiridas através da identificação dos simbolismos de gênero que todos carregam em seus corpos, como a indumentária ou características corporais.

Segundo Araruna:

(...) Eu tinha a sensação de que minha caminhada não era nunca inocente e fortuita, e que meu corpo não permitia que os olhares de transeuntes se dissipassem e se perdessem pelo espaço, mas, pelo contrário, ele parecia

uma marca que direcionava e organizava pupilas alheias [...] O banheiro feminino sempre funcionou para mim como um território ambíguo, porque, ao mesmo tempo que eu adorava quando não tinha ninguém lá dentro comigo, eu queria que as pessoas percebessem que eu adentrava aquele espaço. Pois ser vista entrando ou saindo daquele lugar era uma forma de comunicar à sociedade minha identidade de gênero sem precisar verbalizar nada (ARARUNA, 2017, p. 141-142).

O comportamento de se esconder ou até mesmo revelar características marcadoras de gênero sob o olhar de terceiros acontece, muitas vezes, quando a pessoa quer passar despercebida como trans, no receio de quebrar a calma cisgênero e isso significar algum risco à sua integridade. Essa mera possibilidade de incomodar e ter nossa presença como trans notada é o suficiente para que controlemos e modifiquemos nossos corpos, comportamentos e personalidade.

Ademais, outra questão que cabe ser destacada aqui e que atravessa as vivências trans, de uma forma ou outra, é a escolaridade. Assim como os demais espaços modernos, as instituições de ensino muitas vezes não tem uma perspectiva de incluir pessoas trans, se quer a intencionalidade de fazer isso. Se configurando em instituições mantenedoras das normas de gênero tradicionais (BENTO, XAVIER, SARAT, 2020), fazendo com que sejam um ambiente hostil para crianças que não se encaixem nos padrões de gênero ou sexualidade esperados socialmente. A transfobia na escola acaba sendo uma das formas de desrespeito à identidade mais precoce e estrutural de exclusão que uma criança trans pode sofrer. Ela pode se manifestar no bullying, no desrespeito ao nome social, impedimentos ao acesso a banheiros condizentes com a identidade de gênero e omissão dos educadores diante de agressões. Todavia, o desrespeito à identidade trans acaba não sendo direito, mas sim estrutural muitas vezes.

Embora amparadas por legislações que garantam os direitos e permanência de crianças trans nas escolas públicas, como o Decreto Nacional nº 8.727/2016 que garante o uso do nome social na administração pública ou o Parecer CNE/CP Nº 8/2012 que estabelece o direito à educação sem discriminações e democrática, inclusive de orientação sexual e identidade de gênero, as escolas parecem não conseguir aplicar essas garantias às crianças trans, seja por falta de interesse das instituições ou por motivos político-ideológicos.

. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação, passou por diversas modificações desde que foi lançada sua primeira versão em 2015, tendo sido em sua última

versão de 2018, esvaziada de seu caráter crítico e das discussões sobre gênero e sexualidade (CAMARGO, FRANZI, 2022). Importante destacar que este documento, o que deveria ser o pilar fundamental para a educação nacional não trata dos temas de gênero e sexualidade com vistas a combater o preconceito ou estimular a aceitação social, pelo contrário

A Base aborda esse debate de forma restrita, apenas na seção de Ciências da Natureza, mais especificamente no componente curricular de Ciências, negligenciando sua inclusão em outras áreas do conhecimento e portanto, ignorando seu caráter interdisciplinar, no qual poderia ser explorado nos campos da sociologia, da arte, da história ou da filosofia. (CAMARGO, FRANZI, 2022).

Nesse sentido, o espaço escolar no Brasil tem muito mais um caráter de controlar as condutas sexuais para mitigar problemas de saúde pública nesse aspecto, do que tratar do tema de gênero e sexualidade transversalmente, objetivando uma educação com base nos Direitos Humanos, como a legislação prega. Isso é importante pois é neste documento que se baseiam as demais legislações estaduais e municipais e orienta a conduta dos profissionais de educação, sendo essencial, portanto, para inclusão de crianças trans e LGBT nas escolas. A ausência de representatividade no currículo, a falta de debates sobre identidade de gênero e a invisibilização das vivências trans reforçam a ideia de que esses corpos não pertencem ao espaço escolar, tanto que, a segunda opção para muitas pessoas trans que não acessaram a escola é a prostituição e a consequente marginalização dos seus corpos.

Portanto, pensar o acesso aos espaços urbanos, inclusive a escola, como parte fundamental do direito à cidade proposto por Lefebvre (2001) significa pensar estes espaços como abertos para todos os cidadãos usufruem e atuarem ativamente na construção dos mesmos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas com os três indivíduos em Foz do Iguaçu, de forma presencialmente e online. Para preservar suas identidades foram usados nomes fictícios. Os dados coletados possibilitaram entender os processos que moldam a identidade trans, bem como os desafios que atravessam sua construção e a busca pelo reconhecimento social. Nesse sentido, foi possível identificar que a identidade trans é constantemente mediada por relações interpessoais e

institucionais, influenciada por fatores como reconhecimento social, pertencimento e acesso a direitos. A luta por validação e reconhecimento surge como um dos principais desafios enfrentados pelos entrevistados, revelando como diferentes espaços, como família, escola, universidade e mercado de trabalho, atuam tanto como pontos de acolhimento quanto de exclusão.

Os dados foram organizados em quatro eixos fundamentais, que também serviram como categorias analíticas: Identidade individual, Reconhecimento, Instituições e Relacionamentos e Luta social. Esses eixos permitiram explorar diferentes dimensões da experiência trans, demonstrando como a construção da identidade se desenvolve de forma interseccional, perpassando não apenas questões individuais, mas também coletivas e estruturais.

A primeira entrevistada, Alexandra, tem 18 anos, iguaçuense, mora com a família e está no ensino médio. Só recentemente passou a se entender como uma pessoa transfeminina. Bruno, 24 anos, é uma pessoa não-binária que veio de outro estado para estudar na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Além de estudante, trabalha como professor de inglês e é bolsista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Celso, 26 anos, é não-binário transmasculino e também veio de fora para estudar na Unila. Não trabalha, nem recebe algum auxílio financeiro.

Os relatos dos participantes oferecem uma compreensão ampliada sobre como a identidade trans se manifesta no cotidiano e como ela é constantemente tensionada por normas sociais que regulam o gênero. As narrativas mostram que, para além de uma vivência subjetiva, ser trans envolve enfrentar um conjunto de barreiras institucionais e simbólicas, ao mesmo tempo em que se constroem espaços de resistência e agenciamento.

4.1. IDENTIDADE INDIVIDUAL

O primeiro eixo de análise trata da identidade individual, que aborda como os entrevistados percebem sua própria identidade e os mecanismos que usam para expressá-la. Os relatos evidenciam um processo de construção identitária dinâmico e relacional, em constante adaptação às experiências sociais. Essa perspectiva dialoga com Stuart Hall (1992) e a ideia que as identidades são fragmentadas e moldadas a partir das interações com o meio. É possível notar nos discursos que a

identidade não é percebida como algo fixo, mas que todos têm noção que seus papéis sociais fluem e adaptam-se nas interações sociais:

Dependendo se for uma pessoa respeitosa, eu deixo ela me chamar do jeito que ela se sente melhor. [...] Eu me sinto confortável se você me chamar de ela, mas eu também me sinto confortável se me chamar de ele (ALEXANDRA, 2025).

Essa abertura para terceiros usarem o pronome que preferirem, contanto que sejam respeitosos reflete a ideia que a identidade não é um bloco fechado, mas sim negociável e situacional. A fala de Bruno reforça essa ideia de identidade como algo situacional e negociado:

Ao mesmo tempo que eu penso muito nisso, eu não penso, eu acho que tudo transpassa nessas performances, todo momento estamos performando um gênero né, [...] mas ele não me influencia, ao mesmo tempo que ele está me influenciando diretamente pelo mundo social que vivemos, [...]. Apesar de em alguns momentos achar necessário performar, tipo em momentos que eu me acordo e me sinto muito mais masculino, eu tenho essa tendência de performar, me virar. De uma forma em que a sociedade imagina mais o masculino. Ou quando me sinto muito feminino, tendo a performar essa feminilidade que a sociedade impõe, né? (BRUNO, 2025)

Essa dinâmica reforça o argumento de Hall (1992), que as identidades são determinadas pelas expectativas sociais, sempre em relação ao outro, o que as narrativas evidenciam. Em outras palavras, elas são formadas e configuradas no seio das interações sociais, sobretudo nas relações de diferenças e conflitos sociais.

[...] se eu estou andando sozinho na rua de noite, eu tento performar uma masculinidade para me sentir mais seguro, [...] Performo ao ir ao banheiro, apesar de nunca me sentir confortável de ir ao banheiro masculino, eu tendo a ter que performar quando vou ao banheiro feminino. Mesmo quando estou, por exemplo, num dia muito masculinizado, eu tento reduzir essa masculinidade *pra*, no máximo, tipo, a pessoa me olhar e falar, hum, sapatão, sabe? Porque fico nessas paranóias também de deixar mulheres desconfortáveis. O que é uma bosta, também, é um pouco da realidade dessas performances cotidianas, eu acho. (BRUNO, 2025).

Bruno revela um processo de policiamento de gênero ao relatar que tende a limitar sua performance masculina ao entrar em um banheiro feminino, ou que performa conscientemente masculinidade na rua para se sentir mais seguro, que é produzido para se esquivar de possíveis situações desagradáveis. Como as narrativas indicam, esses comportamentos não acontecem somente por decisão própria, mas sim regulado pelo olhar dos outros. Agora, considerando que os papéis de gênero são produzidos através de performances, atos e comportamentos (Butler, 2018) e estes, neste contexto, são impostos, logo a identidade de gênero também é produzida em parte por essas imposições.

O impacto da regulação sob os olhares dos outros também aparece de forma indireta nas falas de Celso:

A todo momento eu performo gênero, na maior parte do tempo é algo que me identifico. Porém, em alguns momentos preciso performar algo que não me identifico, o que me causa extremo desconforto, mas lido com leveza num geral (CELSO, 2025).

Além disso, a forma como Celso utiliza tecnologias de gênero demonstra também como o corpo é parte dessa construção identitária:

Faço uso de tecnologias de gênero como hormônios, Minoxidil, treino, além de maneirismos típicos do gênero do qual me identifico (CELSO, 2025).

As falas dos entrevistados trazem a ideia de que as identidades não existem de forma isolada, mas constantemente ressignificadas dentro das interações sociais. Interações sociais essas que acontecem na família, na rua, nos banheiros, e produzem a identidade. Giddens (1991) argumenta que as práticas sociais são examinadas e reformadas pelas informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando assim o seu caráter. Desse modo, a identidade é um processo contínuo de adaptação e transformação.

4.2. RECONHECIMENTO

O reconhecimento é um dos pilares constitutivos da formação da identidade e uma condição essencial para que os indivíduos alcancem autonomia. Para Honneth (2003), a luta pelo reconhecimento é a força motriz por trás das mudanças sociais, ocorrendo nas esferas do amor, do direito e da solidariedade. Ao longo das entrevistas, destaca-se como as experiências na busca pelo reconhecimento variam entre os entrevistados e como este nunca é concedido, mas sim um processo contínuo de negociação marcado por conflito, resistência e adaptação.

Questões familiares emergem como um dos principais aspectos nas narrativas, sendo um espaço central na luta pelo reconhecimento. No relato de Alexandra, a busca por validação dentro da família e entre amigos se mostra um desafio. Para ela, esses são espaços de disputa que representam tanto tensão quanto mediação dos papéis sociais.

Eu me embarco um pouco mais pela família. Tipo, a minha avó já falou sobre isso muito comigo, né? [...] Minhas duas irmãs já falaram isso comigo, a minha mãe ainda está processando, mas tipo, eu me embarco mais com a minha família. E com meus amigos, eles também são obrigados a aceitar, né? Se não aceitarem, não são seus amigos. (ALEXANDRA, 2025)

Aqui, Honneth (2003) argumenta que o amor é a forma mais básica de reconhecimento, essencial para a construção da autoestima do indivíduo. Isso ocorre especialmente no seio familiar e nas relações íntimas. Quando esse reconhecimento é negado ou instável, surgem danos morais e psicológicos, afetando a relação do indivíduo consigo mesmo e com a sociedade. No caso de Alexandra, as hesitações da mãe e as divergências dentro da família refletem um processo de aceitação ainda em andamento, impactando diretamente sua autoestima e sensação de pertencimento.

Além disso, a linguagem e os pronomes também possuem um papel fundamental. Celso, por exemplo, demonstra a importância da validação ao afirmar: "Quando as pessoas usam os pronomes adequados, é uma sensação deliciosa" (CELSO, 2025). No entanto, ele também revela o desgaste emocional causado pela necessidade constante de correção:

[...] quando erram meus pronomes eu não costumo lidar corrigindo, pois sinto que é infrutífero. Falo sobre, claro, num contexto de pessoas que não são próximas, pois pessoas próximas a mim não costumam errar meus pronomes (CELSO, 2005).

Esse mecanismo de autopreservação nas falas de Celso reflete a falta de garantias dentro das esferas jurídica e solidária do reconhecimento. Segundo Honneth (2003), na ausência de proteção institucional, os indivíduos desenvolvem suas próprias estratégias para reivindicar respeito. No caso de Celso, isso se traduz na autopreservação, evitando confrontos e aceitando a imposição das normas sociais para minimizar desgastes emocionais.

No caso de Bruno, observa-se outra perspectiva sobre a influência dos papéis sociais na identidade. Para ele, a questão vai além do uso dos pronomes – trata-se de como ele é percebido. Sua narrativa evidencia uma luta pelo reconhecimento que transcende a linguagem e se torna uma disputa simbólica:

[...] Lhes falta esse olhar para mim, para além de uma mulher entender o gênero. Então essas pessoas utilizam pronomes femininos, [...] expressões remetendo a ideia do feminino me incomoda mais num geral. Com as pessoas que eu me sinto confortável isso não é um empecilho até porque normalmente as pessoas que eu me sinto confortável sobre isso tendem a alternar, tendem a, sei lá, tendem a expressar esse sentimento de conformidade com quem eu sou, sabe? De ser quem você é. Tô te vendo. Tá tudo bem. (BRUNO, 2025)

Isso ressoa com ideias de Hall (1992), que argumenta que os papéis sociais são também um campo de disputa simbólica e de poder, que constroem a

identidade. Isso evidencia que, mesmo em espaços que não negam completamente a identidade de alguém, o reconhecimento ainda pode ser incompleto.

A questão da linguagem é fundamental para a dignidade do sujeito, ela está inserida nos contextos sociais para criar, instituir, manter e reproduzir relações de dominação entre indivíduos. Ser reconhecido como parte de um grupo social consolida os papéis sociais, e o uso correto dos pronomes representa esse reconhecimento. Bourdieu acredita que a linguagem carrega um tipo de poder simbólico. Por ser estruturada nas relações sociais, ela é fruto das relações dialéticas entre o indivíduo e o meio, e por isso carrega valores e sentidos sociais e simbólicos. (SETTON, REGO, DE CARVALHO PEREIRA, 2023; CURIEL, 2019.) .

Como um produto cultural, e portanto historicamente construído, a linguagem também é um objeto de disputa de significados, podendo ser usado tanto para unir uma sociedade como também para separar, o desrespeito do pronome de uma pessoa trans é um exemplo disso. Ainda nessa linha, Setton, Rego e Carvalho Pereira (2023) elucidam como o sistema simbólico sob o qual nós vivemos, é imposto à nós pelas autoridades institucionais, isto é, pela medicina, pela ciência, pelo direito, pela academia, e também pela família. Em outras palavras, as matrizes de cultura e as agências que produzem significações seriam as responsáveis pelas garantia dos esquemas de pensamento.

Segundo Bourdieu os guardiões da permanência da linguagem e dos sistemas simbólicos e suas infinitas formas de expressão seriam as autoridades. [...] Ao mesmo tempo que celebram a monotonia e a tradição nos trazendo segurança, nos impõe uma verdade (SETTON, REGO, DE CARVALHO PEREIRA, p.19, 2023).

Portanto, se as instituições sociais que regulam os sistemas simbólicos e relacionais são binárias e conservadoras, é plausível que o pensamento, a linguagem e o modo de ver o mundo das pessoas também o sejam. No caso relatado por Bruno, quando o pronome correto não é empregado, ocorre um desrespeito moral, no qual sujeito é excluído de seus direitos. Para Honneth (2003), isso motiva os indivíduos a lutarem pelo seu reconhecimento, muitas vezes por meio de reivindicações populares, movimentos sociais ou ativismo cultural.

Além disso, é importante mencionar a simbologia que os corpos carregam:

Eu não me sinto mais mal de performar uma feminilidade quando eu quero performa-la, ou uma masculinidade. Apesar de quando eu me sinto mais masculino ter um pouco mais de esforço, um pouco mais de incomodo com meu corpo. Porque depois que eu passo pela puberdade, né, cresceu muito meus seios e eles são a principal parte que me incomoda. Eu lembro de um

momento na minha vida quando eu me achava que tinha a concepção de que eu seria um homem trans. Eu pensava que, cara, eu ia ficar muito lindo de barba (BRUNO, 2025)

Os seios e a barba, nesse trecho da entrevista, aludem à uma representação simbólica da feminilidade e da masculinidade, significâncias essas que são dadas socialmente e influenciam diretamente nos papéis de gênero.

É importante recordar que as lutas por reconhecimento vão além do confronto físico, tornando-se batalhas por validação e aceitação na dimensão cultural, no campo dos significados. Essas narrativas, demonstram, essencialmente, que o reconhecimento é um processo exaustivo e não garantido, construído através da reflexão, da reivindicação e das negociações constantes, seja na esfera do amor, do direito ou da solidariedade.

4.3. INSTITUIÇÕES E RELACIONAMENTOS

As instituições sociais desempenham um papel crucial na organização da vida em sociedade. Desde a escola até o mercado de trabalho, passando pelo sistema de saúde e pela família, esses espaços funcionam como filtros que determinam quem é ou não reconhecido de maneira legítima. Como apontado por Foucault (1999), o poder das instituições se manifesta no controle dos corpos, estabelecendo limites sobre o que pode ser considerado válido dentro das normas sociais. Esse processo começa cedo, ainda na infância, nos primeiros contatos com a escola e com a família, onde as normas de gênero são constantemente reforçadas. Bruno relembra como essas imposições de gênero se fizeram presentes desde a infância, tanto nos espaços escolares quanto no convívio familiar:

A sociedade te impõe esses papéis de gênero a todo momento, né? Você tem que ir ao banheiro, você tem que se vestir de tal jeito, tem que sentar de um jeito específico. [...] Eu fui essa criança muito tomboy, muito menininho, moleque, queria aprontar, queria andar com os meninos, ficar na rua até tarde, andando de bicicleta, sentar com as pernas abertas. Mas dentro dessas experiências eu via a escola falar: 'ai, não senta assim', professores e diretoria falarem: 'ai, você tem que brincar disso, tem que se comportar assim. [...] A minha mãe, ela nunca foi tão impositiva. Eu lembro dela me dar carrinhos da Hot Wheels, porque eu adorava, por exemplo. [...] ao mesmo tempo que ela também impunha alguns conflitos de gênero, ela comprava vestidinhos, ela queria que eu fosse mais feminino. Ela queria que eu fosse a bonequinha dela pra ela vestir BRUNO, 2025)

Dessa fala é possível tirar dois apontamentos interessantes: primeiramente essas dinâmicas não estão isoladas dos espaços urbanos por onde transitamos. Na

realidade, o corpo trans é atravessado pelas influências e imposições dos espaços. A própria noção de passabilidade, tão buscada pelas pessoas trans binárias para serem aceitas, embora não mencionada nas entrevistas, mostra como a ocupação de determinados espaços pode demandar transformações corporais e simbólicas, não só como expressão da identidade, mas como exigência de segurança. Araruna (2017) argumenta que o território urbano molda o território corporal, e que caminhar na rua enquanto pessoa trans nunca é um gesto neutro e que há um desgaste cotidiano que se impõe sobre esses corpos, dentro ou fora dos muros institucionais. Por outro lado, também é interessante destacar que, por mais que a família atue ainda como um dos principais agentes de reprodução das normas de gênero, essas imposições nem sempre acontecem de forma rígida e absoluta para as pessoas. Na narrativa de Bruno, sua mãe permitia algumas transgressões sutis dentro do tolerável, como os Hot Wheels, ao mesmo tempo que, de outros modos, reforçava as expectativas de feminilidade.

Não obstante, Alexandra aponta como a empregabilidade de pessoas trans é diretamente afetada pela transfobia estrutural: “O currículo pode estar perfeito. Você sendo transgênero, é muito difícil alguém te aceitar no trabalho” (ALEXANDRA, 2025). Esses atravessamentos também são mencionados pela Alexandra no quesito mercado de trabalho. Ao ir ao médico, à escola ou buscar emprego, exige a inserção em espaços públicos nem sempre acolhedores. Por vezes as situações de violência transcendem a ofensa verbal ou estrutural e muitas pessoas trans se tornam mais seletivas quanto aos espaços urbanos que frequentam, para evitar situações de violência ou constrangimento, o que leva à marginalização. Esse fenômeno reforça o que Lefebvre (2001) conceitua como a negação do direito à cidade, a exclusão das pessoas trans também espacial.

O fato de que a identidade trans pode ser um impeditivo para conseguir emprego reforça a ideia de que o reconhecimento não é apenas simbólico, mas material e econômico. Como coloca Bento (2014), a marginalização de pessoas trans não acontece apenas na negação de direitos formais, mas na construção de um sistema que limita sua autonomia e independência financeira, empurrando-as para a informalidade ou para trabalhos precarizados. A marginalização da identidade trans materializa no espaço urbano a exclusão simbólica e concreta. Além disso. Como apontam Leite, Zanetti e Toniolo (2023), a presença de espaços LGBT voltados ao consumo, como bares e baladas, pode criar uma sensação de

pertencimento, mas ela é limitada, pois ainda depende do capital e da passabilidade. Esses "outros-lugares" revelam como a cidade é estruturada para manter corpos dissidentes à margem. Essa marginalização do consumo, da assistência pública, da aceitação social e do trabalho faz com que, muitas vezes, as pessoas transfemininas busquem na prostituição uma saída, ao menos financeira, para parte dos seus problemas.

Assim como a disposição dos espaços e instituições da cidade é marcada por muros que impedem o acesso, muros invisíveis também são, de certa forma, erguidos a partir da normatividade imposta pelas instituições. O acesso ao banheiro, ao nome social nas escolas escolares ou na saúde, à aceitação em entrevistas de emprego, são exemplos de como o espaço urbano não é apenas físico, mas normativo e simbólico. O território institucional então não é neutro, mas sim parte da produção do espaço excludente.

Diante destes cenários citados anteriormente, as pessoas trans desenvolvem estratégias de sobrevivência e resistência dentro e fora das instituições. Cabe destacar, por exemplo, a narrativa de Celso sobre a importância de criar redes de apoio onde o reconhecimento seja garantido: “Fora a família, tenho pleno reconhecimento da minha identidade atual por pessoas ao meu redor. Isso, graças à seleção que foi feita de quais pessoas estariam do meu lado.” (CELSO, 2025). Quando as instituições sociais falham dar o reconhecimento, a saída muitas vezes passa pela construção de espaços de pertencimento alternativos, onde a identidade passa a ser validada.

A escola impõe limites, a saúde pública cria barreiras burocráticas, o mercado de trabalho fecha portas. Tudo isso torna a validação da identidade um processo desgastante, muitas vezes impossível de se alcançar sem resistência. Honneth (2003) argumenta que reconhecimento é uma luta, todavia ela não acontece somente através do enfrentamento direto com as instituições, mas também nos pequenos atos de existir, nas redes de apoio que as pessoas trans constroem para si. Por fim, o espaço urbano e as instituições não são neutras: mas sim territórios em disputa, onde a afirmação da identidade trans passa também por estar, resistir e transformar.

4.4. LUTA SOCIAL

A forma mais comuns de violência relatadas pelos entrevistados não foi a agressão física ou o desrespeito direto, mas sim o apagamento sistemático das identidades trans. Bruno descreve essa experiência de forma clara:

As pessoas olham pra mim e elas não falam, tipo, você é trans? Eu acabo tendo essa passabilidade cis, branca, que tenho, sabe? Então as pessoas só desvalidam a minha existência, mas elas não são violentas, sabe? Porque eu acho que quando você é entendido como trans, as pessoas tendem a ser violentas com a sua identidade, com a sua existência. Então eu sofro uma violência do apagamento, de tipo, isso é frescura da sua cabeça? Para com isso. Vai lá, menina." (BRUNO, 2025)

Esse tipo de violência não acontece só com agressão explícita, mas também pelo não reconhecimento da identidade trans como válida, o que acaba criando uma forma de desumanização. O apagamento mencionado por Bruno, além da sua própria realidade para além da entrevista faz parte do que que Joan Scott (1995) descreve como uma forma de imposição do gênero: quando as normas binárias são as únicas reconhecidas como válidas, todo o resto é tratado como um erro ou uma fase passageira. Isso explica por que a identidade trans muitas vezes não é negada por um confronto direto, mas sim por uma desconsideração sistemática

Além da invisibilização, há também os momentos em que a identidade trans se torna alvo de uma violência burocrática e institucionalizada. Bruno narra um episódio em que, ao tentar utilizar um crachá com o nome social, foi deliberadamente exposto por um segurança:

Eu peguei, tirei (o crachá) do lado, mostrei o meu nome, mostrei o meu documento com os dois nomes, sabe? E o cara enchendo o saco, enchendo o saco. Ele olha pra mim e fala: 'Você sabe que eu vou ter que tirar isso, né?' Não tinha necessidade alguma de tirar o nome. Ele já tinha entendido a questão. E aí ele: 'Você entende, né? Eu não estou sendo escroto, mas...' (BRUNO, 2025)

Esse tipo de situação demonstra como o biopoder, no sentido que Foucault (1999) coloca, opera no nível institucional para regular e controlar as identidades. Mesmo em um contexto onde a retificação do nome social já é prevista por lei, o poder individual do agente de segurança serviu para reafirmar sua autoridade sobre a identidade de Bruno, demonstrando que, na prática, o reconhecimento formal não significa necessariamente respeito real.

O impacto dessas violências, sejam elas explícitas ou simbólicas, leva à necessidade de desenvolver estratégias de resistência e autoproteção. Para Celso, a resposta a essas situações foi se isolar de ambientes hostis e garantir que seu círculo social fosse formado apenas por pessoas que respeitam sua identidade:

Isolamento. Só me mantenho próximo de pessoas que respeitam. Entendo que essa é uma situação excepcional de privilégio, de poder não estar perto de pessoas desrespeitosas. (CELSO, 2025)

Nesse sentido, o isolamento de Celso funciona como uma estratégia de autoproteção, mas também é um sintoma da falha social em garantir a esfera da solidariedade (Honneth, 2003). Assim, quando o reconhecimento e o pertencimento não são garantidos institucionalmente, as pessoas trans precisam criar seus próprios espaços seguros. Outros entrevistados relatam formas mais diretas de resistência. Celso menciona que, para ele, simplesmente existir sem tentar se encaixar nas normas de gênero já é um ato de luta:

Toda vez que saio sem um top compressor ou binder me sinto subversivo. Toda vez que não odeio meu corpo, e não sinto vergonha dele, é um momento de orgulho trans e de me afirmar como diferente da norma." (CELSO, 2025)

Esse relato vai ao encontro do que Bento e Pelúcio (2012) discutem sobre a identidade trans como uma construção em constante disputa. Celso não está apenas reivindicando o direito de existir, mas de existir fora da lógica da normatividade, recusando o discurso que impõe o ódio ao próprio corpo como uma condição para ser trans.

Para algumas pessoas trans, a resistência se manifesta de formas diferentes. Enquanto Celso e Bruno adotam posturas mais ativas, seja no confronto ou na criação de redes de apoio, Alexandra escolhe um caminho diferente. Para ela, a melhor forma de lidar com a transfobia é não dar a ela o poder de definir sua vida:

Eu não ligo muito porque os outros falam, porque os outros espalham de mim, porque eu sei sobre minha vida. [...] Não vou falar que a pessoa não recebe educação. Porque a mãe pode ter dado duro pra educar essa pessoa. Ela só não tem maturidade mesmo. Mas às vezes a pessoa... eu sei que a pessoa vai pagar isso com o tempo. (ALEXANDRA, 2025)

Alexandra aposta na mudança social como algo inevitável, uma perspectiva otimista que se diferencia das estratégias de enfrentamento mais ativas dos outros entrevistados.

O que se percebe nas entrevistas é que a luta social das pessoas trans não ocorre de uma única forma. Para alguns, como Celso, a resistência está em se manter íntegro dentro de uma sociedade que exige sua conformidade. Para outros, como Bruno, a luta passa pela exposição das violências sofridas e pela recusa em aceitar a invisibilidade como condição. Alexandra, por outro lado, aposta em um

modelo de resistência que se baseia na certeza de que o tempo e a maturidade das pessoas irão, eventualmente, corrigir essas injustiças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve o objetivo de compreender os fatores sociais que constituem os papéis de gênero na formação da identidade trans. Através das narrativas dos jovens entrevistados foi possível identificar alguns dos aspectos que promovem essa constituição. Todavia cabe destacar que, apesar dos esforços, há de se considerar algumas das limitações dessas análises, como o recorte social dos entrevistados, que compartilham de uma condição socioeconômica semelhante e compartilham dos mesmos ambientes sociais, o que reduz a possibilidade de diversidade dos resultados, além de terem sido escolhidos pela disponibilidade no momento. No mais, o artigo possibilitou a problematização desses aspectos relativos aos fatores sociais que excluem as pessoas trans da aceitação social, mesmos fatores que, ao passo que excluem, também promovem a construção da identidade trans, obviamente problemática.

A partir desse trabalho foi possível compreender que a constituição dos papéis de gênero atravessam vários aspectos da trajetória de vida, como as relações familiares, afetivas, escolares e sociais de maneira mais ampla. Ela se dá sempre em relação ao outro e é relativa a como o sujeito se relaciona com essas instituições. Todavia é possível inferir ainda que os valores que circulam nesses espaços são ainda os valores heteronormativos hegemônicos, que dão pouco espaço igualitário para as manifestações identitárias trans, essencialmente em espaços urbanizados. Então a identidade da pessoa trans passa necessariamente por processos de resistência ao que é socialmente imposto, pois é preciso resistir para existir. Se constituem também em espaços de resistência, como redes de apoio e comunidades lgbt, que reforçam a identidade e criam um senso de comunidade, essencial para a luta pelo reconhecimento.

Dessa forma, a identidade trans precisa ser compreendida como algo além da oposição ao normativo, como um produto do processo dinâmico de afirmação e reinvenção. As trajetórias analisadas mostram que a existência trans não se limita à resistência contra um sistema excludente, mas também à criação ativa de novas formas de pertencimento e significado. Nesse sentido, é preciso repensar a posição da pessoa trans na sociedade, é preciso pensar, na prática, políticas públicas para a

inclusão dessa massa populacional. O Estado, as instituições de educação e de assistência têm papel central na reflexão e elaboração de ferramentas que assegurem a inclusão das pessoas trans na sociedade, pois é a maneira mais direta de combater os paradigmas que segregam a comunidade trans.

6. REFERÊNCIAS

ARARUNA, Maria Léo Fontes Borges. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos, *Revista Periódicus*, n. 8, v. 1 p. 133-153. nov.2017-abr. 2018,

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 549-559, 2012.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. *Revista Florestan*, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 46-66, nov. 2014.

BENTO, Nosli Melissa de Jesus; XAVIER, Nubea Rodrigues; SARAT, Magda. Escola e infância: a transfobia rememorada. *Cadernos pagu*, p. e205911, 2020.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PASTORINI, Maitê; FRANZI, Juliana. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SEUS DESAFIOS À EDUCAÇÃO BÁSICA: Um olhar sobre a presença da temática de gênero nos PPPs do Ensino Fundamental I de Foz do Iguaçu (PR). In: COSSETIN, Márcia; PASINI, Juliana; FRANZI, Juliana; FONSECA, Ana Paula Araujo (Org.). *Políticas educacionais, educação inclusiva e currículo escolar: fortalecendo redes latino-americanas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 279-298

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, p. 123-142, 2011.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. *Descolonizar o feminismo: VI Sernegra*. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, p. 32-51, 2019.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 9-79, 2001.

FERREIRA, Angela. “Eu Quero Dizer Quem Sou Eu!” Subjetividade, identidade e reconhecimento de mulheres transexuais moradoras de Foz do Iguaçu-PR. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da Modernidade, São Paulo, Editora UNESP, 1991.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 1992.
- HARVEY, David. O direito à cidade. Lutas Sociais, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- JUNIOR, Dimas Pereira Duarte; JABORANDY, Clara Cardoso Machado; ALBUQUERQUE FILHO, Belmiro Cavalcante de. Reflexões sobre a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth na construção dos direitos humanos. Confluências, Niterói, v. 24, n. 2, p. 1-20, 2022.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2001.
- LEITE, M. S.; ZANETTI, V. R.; TONIOLO, M. A. Direito à cidade em São Paulo? Uma visão dos LGBT sobre as vivências homoeróticas na cidade (1988–2018). Revista Aedos, v. 14, n. 32, p. 1-23, 2023.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LUGONES, María, Rumo a um feminismo descolonial, Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 935-952, 2014
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista de Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 9-41, Florianópolis, 2000.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.
- SALVADORI, Mateus; CICHELERO, César Augusto. Honneth e a teoria do reconhecimento: um estudo introdutório. In: Cultura de Paz: processo em construção. Caxias do Sul: EducS, 2017.
- SARMENTO, Rayza. Feminismo, reconhecimento e mulheres trans*: expressões online de tensões. Revista Pensamento Plural, n. 17, Pelotas, 2016.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho; REGO, Teresa Cristina; DE CARVALHO PEREIRA, Wellington. Lev Vigotski e Pierre Bourdieu: o poder da linguagem. Comunicação & Educação, v. 28, n. 1, p. 7-25, 2023.

SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. Reconhecimento como teoria crítica? A formulação de Axel Honneth. 2009. 154 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. Revista Estudos Feministas, v. 28, 2020.